

RESENHA



**JACKS, Nilda. *Querência: cultura regional como mediação simbólica.*
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
Resenha por Francisco Rüdiger.**

Trata-se de um relato muito bem escrito e ordenado, originado de uma pesquisa acadêmica conduzida não faz muito tempo pela autora com o objetivo de esclarecer, a partir de um estudo de caso, a relação entre a cultura gaúcha e o processo de recepção das novelas das oito (Rede Globo).

Nilda Jacks defende a hipótese, agora já algo conhecida, de que a recepção dos produtos da comunicação de massas é mediada e, assim, filtrada, por um conjunto de valores e idéias que, atuando como mediação simbólica, relativiza os pretendidos efeitos daqueles bens, ao determinar a negociação de seu significado desde o ponto de vista, socialmente situado, das audiências (p. 25-26).

Fundamentado teoricamente nas premissas que vêm orientando os estudos culturais latino-americanos e no que é chamado pelo texto de modelo das multimediasções, o trabalho, após expor esse modelo (p. 29-61), devedor em muito das idéias de Martín Barbero, procede a uma caracterização das peculiaridades da cultura gaúcha, visando a contextualizar os vários plano formadores da identidade regional (p. 70-125).

O seguinte passo consiste em descrever o universo pesquisado, salientando-se então as propriedades sócio-econômicas e o cotidiano das várias famílias estudadas (p. 131-172). Finalmente, procede-se à análise da maneira como a telenovela *Pedra sobre pedra*, previamente apresentada ao leitor (p. 174-188), é apropriada e interpretada pelos entrevistados (p. 212-244).

A principal conclusão a que a autora chega é a de que um dos pilares do processo de recepção da novela dos gaúchos é sua identidade cultural (p. 245), acrescentando, a título de hipótese, outras duas. Primeiro, o entendimento de que as comunicações midiadas não são nocivas à cultura regional, podendo ser pensadas, ao contrário,

* Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da FABICO/UFRGS. Doutor em Ciências Sociais pela USP. E-mail: RUDIGER@PUCRS.BR

como elemento de manutenção e ativação dos traços definidores de sua identidade. Em segundo, o de que esses traços capacitam as audiências a negociarem os conteúdos de sentido nacional e transnacional veiculados por aquelas comunicações (p. 250-256).

Acompanhado de não poucas opiniões favoráveis de importantes especialistas de sua área de investigação, *Querência* parece-me não obstante revelador de certas deficiências exemplares, quando pensado como caso sério e bem conduzido de estudo da mediação simbólica da comunicação na sociedade. Senão, vejamos os seguintes problemas. Descobre a autora, em sua conclusão, que “estudar a recepção [nada] mais é do que estudar as identidades”, pois no curso da tarefa o que era um estudo daquele gênero transformou-se em um estudo da identidade gaúcha através de uma pesquisa de recepção” (p. 256-257).

Recorrendo a outros termos: pretendia-se estudar a telenovela a partir da recepção. A investigação revela porém que, por essa via, estudam-se antes as várias formas do diálogo cultural que, enquanto base do processo de formação das identidades, define o próprio conteúdo da comunicação na sociedade (p. 257).

Posso admitir que seja assim: a proposição é em extremo sedutora, e explícita a idéia de que, se quisermos entender a comunicação na cultura, precisamos nos desembaraçar dos seus esquemas teóricos e, por conseguinte, “descobrir o movimento social na comunicação, a comunicação em processo na sociedade”, como costuma dizer Jesus Martin Barbero.

Pergunto-me, porém, se ao fazê-lo, como faz a autora, todo seu esforço de pesquisa não se revela equivocado epistemologicamente. Nilda Jacks deixa claro que seu objeto de estudo não é a novela, nem tampouco a recepção da citada *Pedra sobre Pedra*: “É um estudo da mediação da identidade regional, entrevistado na recepção d[est]a telenovela” (p. 174).

Desejaria saber, porém, o que de novo e relevante resultou do trabalho, pois, salvo melhor juízo, não se viu no que as declarações colhidas dos informantes acrescentam alguma coisa ao conhecimento dado pela revisão da literatura sobre a cultura gaúcha. Parece-me trivial o que a autora diz sobre a maneira como a apropriação dos valores veiculados pela novela pelos entrevistados é mediada pela cultura gaúcha.

O trabalho de campo não revela nenhum conteúdo significativo que não esteja previamente contido na ou não possa ser inferido

da bibliografia, conforme se pode avaliar pelo resumo que dela nos dá o capítulo 2.

Escrevem-se 200 páginas para sugerir, no final, que a cultura regional prepara as audiências para negociar com o que não é dela proveniente. Entretanto, nem a pesquisa teve esse objetivo (parece que o ponto é, antes, uma de suas premissas), nem há dados que permitem embasá-la sem contradição, como pretendo exemplificar mais abaixo, ao me referir à relação entre arcaico e moderno no contexto dos fenômenos de hibridização.

A pesquisa se limita a comprovar, nem sempre de modo convincente, que, na recepção da novela, se fazem presentes, como mediação, os principais elementos da identidade regional. O problema todo é que, nas ciências sociais, sempre se pode provar o que se deseja, senão o que se acredita. Sempre se anda em círculo, mas esse pode ser virtuoso, quando se retorna ao ponto de partida com alguma novidade, ou vicioso, quando não se faz mais que passar com aquele ponto ao longo do círculo.

Nesta última situação, a premissa é apresentada como resultado da investigação. No caso em foco, apenas para deixar claro, parece que é isso que ocorre: verifica-se que territorialidade, tradição e distinção realmente não são traços descobertos pela pesquisa mas conceitos fornecidos previamente pela literatura que a embasa e que ela reencontra no universo de investigação.

Nilda Jacks confirma em sua pesquisa o que, dadas as premissas de seus objetos de estudo (as famílias selecionadas para entrevista) e métodos de investigação (o questionário reproduzido em apêndice), não poderia deixar de ser confirmado.

Sabe-se desde Popper porém que hipóteses de pesquisa empírica só têm sentido lógico e conteúdo cognocitivo se forem contra-factuais (factual sendo entendido aqui como saber previamente disponível pelo investigador). Isto é, forem expostas a situações que, em princípio, podem refutá-las. A pesquisa social empírica deve ter por objetivo refutar as hipóteses formuladas pelo investigador; objetiva submetê-las à prova, no sentido de um teste, e não no de uma procura de confirmação.

Somente quando são bem sucedidas as tentativas de refutar ou modificar as referidas hipóteses é que temos a produção de algum conhecimento. Fosse testar a hipótese da ação diluidora da televisão em relação às culturas locais brasileiras que Muniz Sodré defende em *O monopólio da fala* (1976), por exemplo, a pesquisa estaria legítima-

da, ainda que correndo o risco de trivialidade, dado que hoje em dia já não se aceita aquela hipótese sem (muitas) ressalvas interpretativas.

Quando, ao invés, ocorre que uma hipótese passa no teste que visava refutá-la, diz-se que o saber nelas contido é meramente corroborado. Conforme costuma dizer Pierre Bourdieu, “o objeto é o que objeta”. A experiência só cumpre com sua função epistêmica quando não se deixa levar pelas estratégias teóricas e metodológicas de pesquisa “que só conseguem encontrar os fatos de algum modo feitos à sua medida”.

Ora, comprovar que o sentimento de ser gaúcho e a identidade regional funcionam como mediação do processo de recepção da novela feita no centro do País para um coletivo que, previamente à pesquisa, conformava-se a seus objetivos (sentia-se ou “era” gaúcho), estava disposto a falar sobre um assunto de sua simpatia, assistia regularmente à novela em foco e, em sua metade, freqüentava Centros de Tradição Gaúcha não nos revela nada de novo sobre a realidade: resulta unicamente em truísmos que, talvez, fosse mais econômico enunciar sob a forma de juízos sintéticos a priori, para valer-me, distorcendo a natureza, de uma categoria do filósofo Immanuel Kant.

Aparentemente bem estruturada, a pesquisa em tela esconde pois um equívoco metodológico, porque se seu objetivo é, pela recepção, estudar a identidade regional, então, a hipótese de que a recepção é mediada simbolicamente pela cultura, ao invés de ser verificada, deveria ser posta à prova: isto é, a seleção dos informantes e o questionário teriam de seguir uma linha oposta à apresentada. A pergunta que o trabalho deveria tentar responder seria a de se e como a recepção dos bens culturais televisivos altera a identidade regionalista. Conservando-se os motivos contidos no texto, o relato deveria procurar saber como a recepção medeia os processos de hibridização, e não a maneira como nela se efetiva o trabalho de mediação simbólica da cultura gauchesca.

Nilda Jacks não deixa de sentir essa questão, quando nota, na conclusão (p. 251-252), o que não foi matéria da devida análise no resumo das entrevistas: os fenômenos de hibridização (mistura do tradicional com o moderno) que têm lugar neste contexto e que são estimulados, entre outros fatores, pela ação do principal conglomerado multimídia da região (RBS). Porém deixando de perceber que o problema interpretativo da hibridizações é distinto do conceito analítico de mediação, os passa por alto e de maneira indireta, via bibliografia. Classificados como tal e entendidos como uma característica da medi-

ação simbólica em estudo, entram em jogo no exame do processo de recepção, no máximo, como elemento descritivo (p. 214-218), escapando a qualquer problematização de campo ou reflexão teórica.

Na verdade, acontece que a autora descarta os fatores que os introduzem no universo dos entrevistados, cegada que está pela busca entusiasmada dos aspectos que revelem a identidade cultural gaúcha. Comentando “a pouca referência à idéia de tradição” nas declarações dos informantes sobre o aspectos modernos da novela, considera o fato simples “resultado da hibridização do tradicional e do moderno na sociedade gaúcha” (p. 218).

Porém, assim, deixa de avaliar seus respectivos pesos e em que medida a referida falta de menção à tradição, neste aspecto, não é sinalizadora de um processo de subordinação do tradicional ao moderno que pouco teria a ver com o conceito de hibridização, ao dizer respeito, antes, àquilo que não se restringe ao registro culturalista (a crescente dependência da região ao poder político central, por exemplo).

Pouco afeita ao pensar dialético, a autora consegue ver na conformação desses fenômenos pela ação da mídia apenas a reativação da identidade regional que, como mediação, acaba sendo quase reificada em seu texto. O processo histórico, cumpre notar, não é ignorado. Porém é visto de modo linear. Escapa ou não interessa à autora aquilo que, na recepção dos produtos culturais, poderia, em tese, revelar a falta de uma verdadeira hibridação ou mesmo uma relativização da mediação simbólica regional.

A propósito, caberá ao leitor julgar se, sob a aparência da apresentação de uma pesquisa empírica, o texto, sem má-fé acadêmica, não veicula a idéia de um espírito ou alma gaúcha que, embora se contamine e modifique, jamais perde uma espécie de força essencial em seu encontro com o moderno (no caso, a televisão).

Ter-se-ia muito de comentar, para concluir esta resenha, sobre a relevância hermenêutica dos dados com os quais lida o trabalho – mas esse seria um tópico a ampliar demais esta resenha bibliográfica.

Finalizando gostaria apenas de acrescentar algumas observações mais genéricas sobre o trabalho.

Inclusive porque discordo da assertiva por ele feita, choca-me saber que, para o prefaciador, é um dos principais achados do volume constatar que o hábito de tomar chimarrão em grupo não desapareceu com a introdução da televisão mas, ao contrário, dele se tornou parte; como também me chocaria ler uma pesquisa cujo

principal achado fosse a descoberta de que o referido aparelho não mudou o hábito de almoçar reunida conservado por algumas famílias mas, ao invés, nele se inseriu.

Tratam-se de constatações triviais, curiosidades banais, que, salvo melhor explicação, não têm qualquer relevância sociológica, histórica, política, filosófica ou existencial. Em resumo, referem-se a acontecimentos irrelevantes, que consubstanciam, em relação a esses últimos planos, as preocupações daquelas pessoas que, eu diria, parecem querer ou mesmo vivem sem verdadeira preocupação.

Entretanto, enveredar por essa senda seria exigir da época algo para o qual ela, com seu conformismo, não está vocacionada e, da autora, o que, em termo de proposta, transcende seu referencial metodológico. Contento-me em deixar as questões antes formuladas, que, corretas ou não, espero possam ser justas para com os problemas deste livro que enseja boa discussão, tanto quanto possam ser capazes de estimular a conversa mais séria e adulta que, já é hora, se faz necessária entre os pesquisadores e pesquisadoras da comunicação do País.